

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1046/2021**

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus ( covid-19 ).

**EMENDA Nº**

Insira-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1046, de 2021, renumerando-se os demais:

Art. XXX Durante o período de 3 (três) meses, contado da data da promulgação desta Lei, ficarão suspensos os descontos de que trata o art. 6º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, na remuneração de aposentados e pensionistas beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A doença do novo coronavírus (COVID-19) foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS. Ante o rápido aumento de casos de pessoas contaminadas no Brasil, assim como a velocidade de proliferação do vírus, os governos locais têm adotado medidas cada vez mais restritivas, para evitar a disseminação da pandemia.

Certo é que essa crise provocada pelo novo coronavírus acarretará significativos impactos econômicos no Brasil, e a população de uma forma geral será atingida. Todavia, algumas pessoas sentirão esse impacto de forma mais intensa. Nesse grupo, podemos citar os aposentados e os pensionistas beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Valorizamos as medidas adotadas pelo Poder Executivo para blindar a economia dos efeitos negativos da pandemia, destacando, nesse contexto, a antecipação da segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS para o mês de maio. Entendemos, contudo, que é necessário tomar medidas mais rígidas.

Está prevista na Lei nº 10.820, de 2003 a possibilidade de essas pessoas contratarem empréstimos de crédito consignado, por meio de desconto em sua remuneração, limitado a 35% da renda do aposentado ou pensionista.

No atual cenário de crise, consideramos que uma importante política pública a ser adotada seria a suspensão temporária desse desconto. A suspensão da cobrança possibilitará que esse grupo permaneça em casa e não precise ir para o mercado buscar complementação de renda.

Nesse sentido, apresentamos a presente emenda, sugerindo a alteração da citada lei, de modo a suspender durante três meses, a contar da data da



promulgação desta lei, os descontos na remuneração de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS para pagamento de crédito consignado.

Assim, confiantes da importância da medida e convictos da sua pertinência temática com o objeto da Medida Provisória, solicitamos aos nobres pares apoio na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em de abril de 2021.

**Deputado IGOR TIMO**  
Podemos/MG



CD/21151.92669-00